

DEFERIMENTO

Após entrave, Zé Elpídio é considerado apto pela Justiça

>> Paulo César Desidério
Redação

Após muita confusão envolvendo a candidatura de Zé Elpídio (PSD) a prefeito de Nova Olímpia, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT) acatou recurso que o torna, de fato, elegível. A sentença foi publicada na última segunda-feira, 14.

Em entrevista a uma emissora de rádio de Nova Olímpia, o prefeito eleito com 72,6% dos votos falou sobre a decisão judicial. Ele concorreu ao lado de Rímer de Oliveira (PSDB) pela coligação 'Nova Olímpia em Primeiro Lugar'.

“O advogado nosso li-

gou dizendo que eles perderam de novo lá. Faça quantas vezes vão perder. Primeiro porque Deus está na frente, segundo, porque não tinha nada de errado com a minha candidatura. Então queria esclarecer ao povo de Nova Olímpia que não tem problema nenhum”, declarou.

“Essa conversa de que eu não vou assumir é só conversa da oposição, só conversa de quem não teve voto e fica roendo. Então eu queria pedir a essas pessoas que respeitem a opinião do povo. 72,6% de votação é muita coisa. 8 vereadores dos nossos é muita coisa também. Então só Deus para fazer isso e só o povo de

Nova Olímpia com muita confiança para fazer isso”, acrescentou.

Por fim, Elpídio afirmou que quer a população unida e que trabalhará por Nova Olímpia.

“Quero dizer a todos que confiaram em mim e me deram os votos e aos que não deram votos, que Deus está na frente, vamos fazer um trabalho junto com a população porque o prefeito sozinho não é nada. Já estamos preparando nossa equipe de governo, já viajei para Brasília e várias vezes para Cuiabá (...) e vamos correr atrás e trabalhar. Trabalhar e trabalhar como prometemos no palanque ao povo”, finalizou.



Elpídio havia tido direitos políticos cassados por cinco anos

POSSIBILIDADE

Estado pode implantar teto de gastos, afirma líder do Governo

>> Mídia News

O líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputado Dilmar Dal’Bosco (DEM), afirmou que o Executivo Estadual pode implementar em Mato Grosso as mesmas medidas previstas na PEC (Proposta de Emenda Constitucional) do teto dos gastos, em tramitação no Congresso Nacional e que congela os gastos federais pelos próximos 20 anos.

Segundo o parlamentar, a crise econômica atinge todos os Estados e tais medidas são necessárias para conter os gastos públicos, que já estão maiores do que a receita.

“Essa PEC foi votada com o aval de todos os governadores, pois todos estão passando por dificuldades. Na época que a União fez a proposta, todos os chefes de Executivo assinaram concordando



Dilmar Dal’Bosco avalia que Executivo deve “copiar” medidas previstas na proposta federal

com o presidente [Michel Temer], para que ela fosse construída. Cada Estado terá que, praticamente, copiar da lei aprovada no Congresso e colocar em prática”, afirmou.

Chegou a uma situação de caos. Aumentou o custeio da máquina e a arrecadação não acompanhou. Vão acabar todos sendo atingidos pela lei de improbidade administrativa, por conta da Lei de Res-

ponsabilidade Fiscal, que prevê limites para o comprometimento da receita líquida”, completou.

Conforme Dal’Bosco, o Executivo ainda não se manifestou sobre a aplicação das medidas previstas na PEC no Estado, mas que essa possibilidade já é debatida entre os deputados.

A proposta nacional já foi aprovada na Câmara dos Deputados e aguarda

a votação no Senado Federal.

“O Congresso aprovando a PEC, não só o Estado de Mato Grosso, mas outros terão que implantar, assim como os municípios. Acredito que não teria dificuldades para a aprovação dessas medidas pela Assembleia, até porque todos os deputados entendem essa situação da mesma maneira, até mesmo os de oposição”, disse.

CONTRAPONTO

Para Secretário Estadual de Planejamento, PEC é “radical”

>> Lorrana Carvalho
SES-MT

Ao contrário do líder do Governo, o secretário de Estado de Planejamento, Gustavo de Oliveira, criticou a PEC que estabelece teto para limitar gastos do governo federal. Segundo ele, a proposta é “radical” e feita “sem planejamento”.

“Me parece que mais uma vez vamos tomar uma medida radical, sem planejamento, sem entender completamente quais são as consequências. É uma proposta que é lógica do ponto de vista da contenção do gasto público, mas não é lógica do ponto de vista do atendimento às demandas da sociedade”, afirmou, no mês passado.

A medida congela despesas da União, com cifras corrigidas pela infla-

ção, por até 20 anos.

Na prática, se entrar em vigor em 2017, o Orçamento disponível para gastos será o mesmo de 2016, acrescido da inflação daquele ano. A mudança irá valer para Executivo, Legislativo e Judiciário. Já os limites em saúde e educação só começarão a valer em 2018.

A PEC também modifica a regra de reajuste do salário mínimo oficial, que se limitará à variação da inflação.

Considerada como uma medida de caráter impopular, a PEC 241 – agora 55 – tem dado muito o que falar no cenário político-social brasileiro. O polêmico projeto de Michel Temer divide opiniões e caso seja aprovada no Senado, a divisão deve se agravar ainda mais.

PROTEÇÃO
E TRANQUILIDADE
O MELHOR DESTINO PARA SUAS FÉRIAS

Sair de férias significa ir ao encontro da sua liberdade, aproveitar com a família o merecido descanso. Curta o seu tempo de folga com segurança e tranquilidade tendo ao seu lado a empresa de monitoramento eletrônico que, há mais de 30 verões, deixa você tranquilo e protegido, onde você estiver.

INVIOLÁVEL
MONITORAMENTO ELETRÔNICO

[65] 3311.3311 • inviolavel.com